9º CNP
Congresso Nacional de Profissionais

Problemas e perspectivas do Setor Mineral Brasileiro

Federação Brasileira de Geólogos
FEBRAGEO

Há um paradoxo na análise de como se comporta o setor mineral brasileiro. Se o aproveitamento dos bens minerais, pertencentes à União, é concedido à inciativa privada no interesse da economia nacional, por que a industrialização do Brasil não é crescente, na mesma proporção de crescimento da atividade minerária?

Dados do DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral informam que o Índice da Produção Mineral (IPM), que mede a variação na quantidade produzida, apresentou crescimento de 15,5% no primeiro semestre de 2015 quando comparado a igual período do ano anterior. Conforme salienta o órgão, este comportamento foi alcançado, sobretudo, em função do aumento na quantidade produzida dos minérios de ferro (17,16%), cobre (61,44%) e manganês (21,07%). Outras substâncias minerais também contribuíram positivamente, a saber: níquel, alumínio, potássio, caulim, crisotila, nióbio, cromo e grafita. As estimativas do DNPM indicam que o Valor da Produção Mineral (VPM) brasileira atingiu R$ 35,9 bilhões no primeiro semestre de 2015.

Admitimos que o comportamento da quantidade produzida pela indústria extrativa mineral no primeiro semestre do ano de 2015 teve forte influência do setor exportador, não obstante o recuo de outras atividades econômicas do país. Segundo o IBGE, a produção física industrial no país, no primeiro semestre de 2015, em comparação a igual período de 2014, mostrou um recuo de 6,3%.

Dentre os setores associados à indústria de transformação mineral que apontaram recuos se destacaram: metalurgia (-7,5%), produtos de metal (-8,8%) e produtos de minerais não metálicos (-5,2%), dentre outros.

O que se depreende disso? É que o Brasil está empreendendo esforços para industrializar outros países parceiros consumidores dos seus minérios, descuidando-se da sua própria industrialização.

Seria sofrivelmente interessante aos brasileiros se mesmo no esforço de industrializar outros países, fossem pagos preços razoáveis pelos minérios exportados para formação de um caixa capaz de alavancar investimentos em infraestrutura ou em programas sociais. Mas, nem essa recompensa sofrível ocorre. Os preços internacionais das *commodities* minerais no primeiro semestre de 2015, em relação aos dois semestres de 2014, apresentaram quedas generalizadas, conforme dados do Banco Mundial.

O DNPM comparou os preços de junho em relação a janeiro de 2015. As variações dos preços de metais básicos e ferrosos foram caracterizadas por decréscimos dos preços do alumínio (-7,0%), minério de ferro (- 7,3%), chumbo (-0,74%), estanho (-22,6%), níquel (- 13,6%), zinco (-1,5), sendo que o cobre apresentou um discreto crescimento de 0,04%. O minério de ferro manteve a tendência de quedas consecutivas no seu preço, desde 2014, terminando junho de 2015 com uma cotação de U$$ 63,00/t, cerca

de 1/3 do seu maior valor em 2011. Entretanto, quando foram comparados os preços médios de metais básicos do 2º Trimestre de 2015 em relação ao 1º Trimestre de 2015, o DNPM observou que cobre, chumbo e zinco mostraram recuperação nos preços, com aumentos respectivamente de 3,8%; 7,3% e 5,4%. É como se uma pequena onda de escassez tivesse rolado no mercado em função de decisões de retomada de algum crescimento industrial adotadas pelo comitê central do partido comunista chinês.

As minas brasileiras de minerais metálicos vivem ao sabor de tsunamis, ondas e marolas de mercados consumidores de minérios como os da China, Japão, União Europeia e Estados Unidos. Diferenciam-se um pouco as minas de agregados para a construção civil, de calcário para cimento e de minerais fertilizantes. Quando os programas sociais de casa própria e do agronegócio vão bem, sua Utilização da Capacidade Instalada (UCI) cresce, independente do que acontece no mercado externo. A transformação mineral destes bens da cesta básica social, completamente realizada dentro do Brasil, sustentam a economia nacional com muito mais vigor e segurança do que as inconstantes demandas do mercado externo.

No primeiro semestre de 2015, o DNPM apontou como valor médio da Utilização da Capacidade Instalada (UCI) das empresas de mineração selecionadas para o cálculo do Índice de Produção Mineral (IPM) como sendo de 82,1%. O que representou um aumento de 5,7 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2014, dentro do esforço de industrializar povos estrangeiros via setor de exportação a preços sofríveis e decrescentes. Ressalte-se aqui as big-minas de ferro da Vale em complexos do tipo mina-ferrovia-porto de Carajás e Minas Gerais.

As usinas de minas produtoras de ouro, carvão mineral, manganês, potássio, caulim, zinco e grafita apresentaram UCI abaixo da média do semestre. No entanto, as produtoras de fosfato, amianto e níquel operaram com cerca de 95 % da capacidade máxima de produção. No caso do fosfato, denotando a pujança da agricultura brasileira, ainda dependente de importação da metade do fosfato e de 90% do potássio que consome. Para as demais substâncias minerais, a média da UCI foi de quase 90%.

Comparando os preços dos fertilizantes do primeiro semestre de 2015 em relação ao primeiro semestre de 2014, foram observadas reduções dos preços médios dos componentes DAP (-0,3%), TPS (-4,7%) e Ureia (- 9,3%), embora a rocha fosfática e o cloreto de potássio tenham aumentado o preço médio, respectivamente, em 1,5% e 4,2%. Este mesmo comportamento pode ser observado de janeiro a junho de 2015, com reduções nos preços dos componentes DAP (-2,3%), TPS (-5,0%) e Ureia (-8,5%), embora com um discreto aumento de 0,6% para o cloreto de potássio e a manutenção do preço para a rocha fosfática. Os comportamentos destes preços refletem aumentos de capacidades de produção e custos de produção mais baixo.

A situação brasileira de produção de minerais fertilizantes é delicada. Jazidas como, por exemplo, a de fosfato de Itataia, no Ceará e a de potássio de Fazendinha, no Amazonas, estão sem desenvolvimento para suas minas entrarem em produção, no curto prazo, apesar da economicidade da sua tecnologia de beneficiamento ser visivelmente favorável.

É como se existisse algo a emperrar a industrialização dos minérios brasileiros no Brasil. Acreditamos que não seja somente falta de recursos financeiros. O sistema financeiro pode repassar ao sistema produtivo seus recursos com a garantia de projetos viáveis. Talvez o que falte é gestão republicana do aproveitamento racional dos recursos minerais brasileiros pelos poderes públicos. Estes têm se empenhado muito mais em criar o caos na legislação minerária para emparedar criatividade, inovação tecnológica e desenvolvimento setorial integrado, vertical e de interesse dos brasileiros do que em facilitar a transformação mineral dentro do território nacional.

Cabe ao Sistema Confea/Crea incentivar a formulação de uma política mineral diferente da vigente, adotada, sem exceção de nenhum governo, pelos governos de 1964 até hoje. O Código de Mineração do Brasil, que está vigorando, é o de 1967. O Sistema Confea/Crea deve lutar pela implantação do Conselho Nacional de Política Mineral com participação das entidades representativas da Sociedade e do Governo. Somente assim poderá ser desatado o nó que deram nas proposições de atualização das leis que regulamentam a geologia e a mineração em nosso país, na perspectiva de atendimento dos legítimos interesses populares e democráticos do povo brasileiro, que exige o desenvolvimento harmônico da indústria nacional.